

AMB NewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos, Dispensa de Registo N.º03/GABINFO-DEC/2015; Editor: Secretaria Geral AMB. Ed. N.º04, Julho - Setembro 2015
ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz

ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA: **AT assina acordo com Bancos Comerciais**



FACE A DEPRECIAÇÃO DO METICAL: 2015 ano transitório que requer reajuste fiscal e monetário. Entrevista com Dr. Fáusio Mussá (Economista Chefe do Standard Bank)

Pág. 3

**ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA:
AT assina acordo com Bancos Comerciais**

Pág. 7

**ENTREVISTA COM Dr Oldemiro Belchior (Assessor Económico da AMB)
Sistema de Informação de Crédito vai atenuar taxas de juro**

Pág. 3

EDITORIAL

Depreciação do Metical, Inclusão Financeira e Aprovação da Lei sobre Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada



José Mussane - Secretário Geral da AMB

O primeiro semestre do presente ano, é caracterizado pela depreciação acentuada da moeda nacional, situação que deriva de aspectos conjunturais da economia. Esta desvalorização do Metical reflecte, por um lado, o fortalecimento do Dólar no mercado mundial e, por outro, a redução dos preços das *commodities* no mercado internacional, facto que se tem reflectido nas exportações nacionais.

Durante o mês de Setembro, acompanhamos o “Fórum da Aliança para a Inclusão Financeira”, que decorreu em Maputo, sob o lema “promovendo inclusão financeira, inspirados na inovação”.

Ainda no que respeita à inclusão financeira, o governo moçambicano anunciou publicamente que tem como desafio incrementar o acesso aos serviços financeiros da

população, passando dos actuais 23% para 25% em 2019. Nesta dialética, o Governador do Banco de Moçambique, disse que um dos desafios mais importantes é criar uma economia de escala, que permita que mais cidadãos possam aceder aos serviços financeiros.

O Presidente da República, na sua intervenção, assumiu o compromisso do seu governo manter e reforçar as medidas de política com vista a dinamizar o processo de bancarização e a expansão do acesso aos serviços financeiros nas zonas rurais, bem como aumentar e massificar o uso de meios alternativos de pagamento, através da promoção, abrangência, diversificação e competitividade dos serviços financeiros.

Relativamente ao crédito à economia, analisamos os desafios e oportunidades resultantes da aprovação da Lei sobre o Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada. Esta lei tem por

objectivo promover o acesso ao financiamento, em particular, às pequenas e médias empresas que representam a espinha dorsal da economia, assim como dinamizar a melhoria do ambiente de negócios.

Todos estes desafios e outros, têm nos bancos comerciais os seus principais actores que são a face visível dos mercados financeiros, enquanto agentes intermediadores entre aqueles que poupam e aqueles que investem na economia real.

É reflectindo nestes desafios estrategicamente relevantes para a economia que abordamos na presente edição, diferentes temáticas visando a partilha de informação, ideias e pontos de vista que podem contribuir favoravelmente para melhor entendimento da conjuntura económica e financeira.

Ficha técnica

AMBNewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo N.º03/GABINFO-DEC/2015; Edição n.º 04, Julho - Setembro de 2015; **Coordenador Editorial:** José Mussane - Secretário Geral da AMB; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção, Fotografias e Maquetização:** B. M. Chabualo; **Colaborador:** Oldemiro Belchior; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818;

Móvel: 258-823207330.

E-mail: ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz;

Maputo - Moçambique

Entrevista

FACE A DEPRECIAÇÃO DO METICAL: **2015 é ano transitório que requer reajuste fiscal e monetário**

• Defende o Economista Dr. Fáusio Mussá

No segundo trimestre de 2015, verificou-se uma acentuada depreciação da moeda nacional face ao dólar americano. Para Fáusio Mussa, economista-chefe do Standard Bank, considera o presente ano como transitório atendendo as perspectivas de um crescimento mais lento da economia em torno dos 6.5%. No entanto, alerta que há necessidade de se efectuar algum ajustamento fiscal e monetário.

AMBNewsletter (AMBN): Analisando a conjuntura nacional, como o Dr. Fáusio Mussa avalia a performance da actividade económica e inflação actual?

Dr. Fáusio Mussá (FM): No contexto nacional estamos atravessar um período sazonal caracterizado por deflação mensal. Isto porque notámos entre Maio e Agosto uma tendência mensal de descida de preços alimentares. A deflação mensal reflecte o comportamento sazonal típico desta época do ano, que se traduz numa maior oferta de produtos alimentares frescos e numa tendência decrescente do preço dos alimentos. Mesmo considerando o impacto esperado da depreciação do Metical, prevê-se que a inflação média se mantenha este ano muito abaixo do objectivo do Governo de 5.1%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) revelou uma deflação mensal pelo terceiro mês consecutivo em Junho, embora a um ritmo mais reduzido, de 0.46%*m/m* (mês a mês), contra 1.05%*m/m* em Maio. A taxa de deflação mensal foi similar nas três cidades onde o IPC é calculado, com Beira a apresentar 0.59%*m/m*, seguida de Nampula com 0.49%*m/m* e Maputo 0.4%*m/m*. Na Cidade de Maputo, barómetro da inflação do IPC do país, a inflação anual subiu 94 pb (pontos base) para 0.12%*a/a* (ano a ano), com a média a descer 19 pb para 1.01%. Na Beira e em Nampula a inflação anual desceu 41 pb e 101 pb, respectivamente para 1.74% e 3.01%*a/a*, com a média a descer 6 pb e 3 pb para 2.98% e 4%. A inflação neste momento apresenta-se historicamente muito



“Mesmo considerando o impacto esperado da depreciação do Metical, prevê-se que a inflação média se mantenha este ano muito abaixo do objectivo do Governo de 5.1%”

baixa. Obviamente que o poder de compra pode indicar que a discussão talvez seja diferente. Quando falo do poder de compra refiro-me a um aumento do custo de vida superior ao sugerido pelo cabaz do IPC. Quando olhamos para o dia-a-dia das pessoas, percebe-se que há uma evolução de preços superior àquilo que a inflação está a indicar. Nas zonas

urbanas o preço tende a evoluir de forma mais rápida do que aquilo que estamos a perceber em termos de inflação. Obviamente que não só a questão sazonal teve impacto para que a inflação se mantivesse baixa, mas, sobretudo, nos últimos anos houve maior controlo dos preços fixados



administrativamente e muito provavelmente de uma depreciação menos acentuada do Metical. Por exemplo, os preços de electricidade, combustível e pão mantiveram-se estáveis. Portanto, a estabilidade dos preços administrados também contribuiu para que a inflação se mantivesse baixa. Uma vez que a nível mundial os preços de alguns produtos que o país importa evoluíram para baixo em função da crise da economia mundial, certamente contribuiu para que a inflação se mantivesse baixa.

AMBN: Como é que avalia o desempenho dos mercados financeiros (cambial e monetário)?

FM: Eu penso que durante a maior parte deste ano se sentiu uma forte pressão para a depreciação da moeda nacional, o Metical. Mas, há alguns períodos em que o Metical recuperou algumas das perdas que tinha registado. O mês de Junho foi caracterizado por uma forte depreciação do Metical no MCI (mercado cambial interbancário), o que permitiu reduzir substancialmente o *spread* com o câmbio das transacções entre os bancos comerciais e os seus clientes, ao fechar o mês ao nível de MZM/USD 39.03 num mercado e MZM/USD 39.96 noutra, traduzindo perdas mensais de 13%/m/m e anuais de 27.3%/a/a. Mantendo a volatilidade registada

desde o início do ano, o Metical recuperou parte das perdas de Junho nas primeiras semanas de Julho. A volatilidade reflecte igualmente uma redução substancial das vendas de divisas pelo Banco Central no mercado para proteger as Reservas Internacionais Líquidas. A avaliação que eu faço, é que está a falar-se de um período com alguma volatilidade do lado cambial e com alguma expectativa de que haja subida das taxas de juro do lado monetário. No entanto, considerando o fraco mecanismo de transmissão da política monetária por via das taxas de juro e o nível baixo de inflação é muito provável que se mantenha a pressão para manter inalteradas as taxas de juro. Do ponto de vista cambial, tivemos em 2013 e 2014, receitas de mais-valias que ajudaram a estabilizar a moeda o que neste ano ainda não se repetiu, ainda que estejamos no meio do ano. Também sentimos que há uma fragilidade das reservas internacionais. Comparando as reservas em relação a meta, notámos claramente que há um desvio e pode reflectir alguma menor capacidade do Banco Central para reduzir a flutuação da moeda. Tivemos o pico das reservas internacionais em Agosto de 2014 com cerca de 3.2 biliões de dólares e em Junho deste ano as reservas indicavam que estávamos em cerca de 2.6 biliões. O que significa que, provavelmente seja necessário fazer deixar a moeda depreciar-se para por

essa via refreiar a procura por moeda externa. Conduzindo o ajustamento do mercado por via de uma expansão mais lenta da base monetária, que se saldou em MT 56.7 mil milhões em Junho, 2.7% abaixo da meta para o período, o que representa uma desaceleração do crescimento de 25.6%/a/a em Janeiro para 13.9%/a/a em Junho, o Banco Central manteve inalteradas as taxas de juro de referência, com a taxa de juro da FPC (facilidade permanente de cedência) actualmente fixada no mínimo histórico de 7.5%. Esta postura muito provavelmente revela que, apesar da depreciação do Metical, as autoridades monetárias acreditam que a inflação se mantenha dentro dos objectivos estabelecidos. Ainda assim, espera-se medidas adicionais para conter a liquidez, não se descartando um aumento do coeficiente de reservas obrigatórias, considerando haver resistência para aumentar as taxas de juro. A taxa de juro dos BT's (bilhetes do tesouro) subiu ligeiramente em Junho, com aumentos mensais para níveis de 5.6%, 6.92% e 7.3% para as maturidades de 91, 182 e 364 dias, mas com muita resistência para continuar a subir desde o início do ano.

AMBN: Relativamente a depreciação do Metical, pode resumir as principais causas da desvalorização da moeda nacional?

FM: Um das causas importantes que não devemos ignorar que é a robustez do dólar americano no mercado internacional. Olhando para as taxas de Junho, o dólar ganhou 18% em relação ao Euro, 15% em relação ao Rand e 27% em relação ao Metical em termos anuais. Esta robustez do dólar no mercado internacional é um factor de pressão para a moeda nacional. Por outro lado, os dados recentemente publicados pelo Banco de Moçambique indicam que houve uma queda de exportações em 2014 em cerca de 5%. Mais do que a queda de exportações, o país está a viver neste ano um momento diferente dos anos anteriores no que diz respeito ao investimento estrangeiro. Os grandes projectos de recursos naturais como carvão e gás, provavelmente estão numa fase em que não requerem grande volume de investimentos este ano, prevendo-se que os investimentos retomem em 2016 no caso do gás natural.

AMBN: Que expectativas aponta a curto prazo?

FM: Eu penso que neste segundo

semestre 2015, vamos continuar a ter alguma volatilidade. Mas acredito que o Metical vai recuperar. Creio que haverá entrada de algumas receitas de exportação (tipicamente deste período do ano), que irão proteger a moeda nacional.

AMB: Com esta depreciação da moeda, como é que avalia o impacto esperado para a economia moçambicana, em geral, e para o sector bancário, em particular?

FM: Na minha opinião, eu acho que este é um ano de ajustamento. Este ajustamento começou no sector fiscal para o orçamento de Estado, e nós vimos que havia uma necessidade de conter o défice. Do ponto de vista monetário, o Banco Central tem mantido as taxas de juro de referência, mas temos notado uma descida na expansão da base monetária. A base monetária está a crescer num ritmo mais lento, provavelmente antecipa-se a um momento de inflação e que é necessário conter o crescimento dos agregados para que a inflação se mantenha mais ou menos estável. O facto do Banco Central ter permitido uma depreciação da moeda, indica que é preciso ajustar a procura externa ou seja reduzir o volume das importações, provavelmente para reduzir a pressão sobre a moeda. A partir do momento em que a linha férrea de Nacala for concluída, o país poderá aumentar a exportação de carvão e as receitas externas também. Se o projecto do gás for avante, também irá contribuir para a captação de maior receita externa no futuro e diminuir a pressão sobre o Metical. Mas, a curto prazo, a capacidade do país de gerar receitas de exportação são ainda muito limitadas.

AMB: O governo projecta no PES 2015, o crescimento do PIB na ordem de 7,5%, contrariando a projecção do FMI e Banco Mundial de 7%. Qual a sua opinião relativamente a perspectiva de crescimento económico?

FM: Nós (Standard Bank) mantemos as nossas projecções de um crescimento mais lento da economia este ano, em torno dos 6.5%, atendendo que se trata de um ano atípico. Para além do efeito das cheias, o país arrancou atrasado do ponto de vista orçamental, a política fiscal é menos expansiva do que nos anos anteriores. O sector do carvão foi afectado pela queda do preço mundial e isto tem algum impacto no PIB para além de se esperar algum tempo para aceleração do investimento estrangeiro (por exemplo, o sector do gás). Conjugando todos estes factores projectamos o crescimento de 6.5%. Mas, mesmo assim, é um crescimento económico robusto. Dados recentemente publicados pelo INE indicam que o crescimento real do PIB não ajustado sazonalmente, desacelerou de 8% no último trimestre 2014 para 5.9% no primeiro trimestre deste ano. Embora em linha com o crescimento registado em igual período de 2014 de 5.7%a/a, revela um menor crescimento nos sectores da manufactura, comércio e serviços financeiros, com os sectores da indústria extractiva, electricidade, água e construção a registarem uma expansão robusta de 16.6%, 12.6% e 8.4%, respectivamente. O INE reviu em baixa as estimativas preliminares de crescimento real do PIB de 2014 de 7.4% para 7.2%y/y. Estes dados estão em linha com os habituais dos anos anteriores. Estes dados indicam um crescimento robusto para o presente ano. Mas, na minha opinião, parece haver uma contrariedade entre os dados estatísticos publicados e os acontecimentos no terreno. A nossa interacção com vários agentes

económicos indica que houve uma desaceleração do investimento e uma desaceleração de actividades em vários sectores. Eu penso que ainda é muito cedo para fazer uma avaliação exaustiva, mas as perspectivas apontam para uma desaceleração da actividade em relação aquilo que estamos habituados nos anos anteriores. Obviamente que este movimento pode reflectir algum impacto no aspecto cambial porque alguns operadores podem estar mais prudentes em relação a exposição que vão ter ao risco cambial e por esta via podem reduzir alguma actividade. Na economia de consumo, o Estado tem um papel substancial e se este não demanda o consumo, a economia fica afectada na procura de produtos e serviços. O sector do carvão foi afectado pela economia mundial e alguns investidores, também reduziram as suas actividades. No sector do gás a actividade de prospecção basicamente terminou agora e está em preparação a exploração. Portanto, a actividade também está muito reduzida. Em sectores tradicionais ainda vemos alguma actividade robusta na construção, perspectivando-se uma procura que venha a acontecer nos próximos anos. O sector financeiro também continua a registar um crescimento substancial. Mas, no geral, eu acho que este é um ano de transição que implica algum ajuste fiscal e provavelmente vamos sentir algum ajuste monetário, perspectivando-se um crescimento robusto nos próximos anos.

AMB: Moçambique comparado com a região e o mundo?

FM: Comparando com a economia regional, assim como mundial, Moçambique tem perspectivas de crescimento muito forte nos próximos anos. Mas, penso que este é um ano particularmente difícil. Acompanhamos que a agência de notação financeira (Standard&Poors) reviu em baixa o *rating* do país, tendo o *Outlook* reduzido de estável para negativo a curto prazo devido essencialmente a duas questões: primeiro, o défice fiscal que se esperam se situa acima do esperado; segundo, a pressão sobre a dívida externa nas contas públicas, especialmente derivado da EMATUM e a necessidade de sua reestruturação criou nervosismo aos investidores internacionais e alertou a estas agências para reverem o risco do país. Analisando estes indicadores todos, incluindo a avaliação das agências de risco, chega-se a





conclusão de que, de facto, este é um ano de transição e algum ajuste é necessário para manter o equilíbrio macroeconómico.

AMB: Quer comentar um pouco sobre a necessidade de reestruturação da dívida da EMATUM?

FM: Eu penso que a implicação mais forte à curto prazo é a pressão nas contas públicas porque a empresa ainda não está a gerar recursos para cumprir com o serviço da dívida. Mas, o maior impacto de curto prazo é o facto de limitar o Estado na possibilidade de contrair dívida substancial para outros sectores da economia, seja para geração de electricidade, seja para infra-estruturas que o país precisa para as várias áreas de actividade. Portanto, no curto prazo, um dos problemas que a EMATUM causa é de limitar a capacidade do país de contrair dívida que podia ser importante para outros sectores.

AMB: Como é que prevê o ritmo do sector imobiliário até final do ano em função da depreciação do Metical e desaceleração das actividades em vários sectores?

FM: Quem investe neste sector, fá-lo a longo prazo, e eu penso que os fundamentos que motivaram a grande expansão deste sector em Moçambique mantêm-se e assentam em perspectivas positivas para o crescimento da economia. A curto

prazo sentimos que o sector imobiliário foi afectado, provavelmente por uma redução da procura, o que fez com que as rendas de alguns imóveis estejam a reduzir. Este aspecto afecta o retorno dos investidores à curto prazo, mas penso que à longo prazo as perspectivas ainda são muito boas, sobretudo se o projecto de gás natural avançar e o país for capaz de atrair outras indústrias para apoiar a indústria petroquímica em Moçambique e outras a juzante do gás natural. Espero que haja muita procura de espaços para escritórios e habitações e não acredito que a situação actual desencoraje o investimento do sector imobiliário.

AMB: Como é que avalia a conjuntura internacional em termos de evolução

dos preços médios do commodities?

FM: Nós temos estado a assistir a uma revisão em baixa de forma quase contínua das perspectivas da economia mundial. No caso dos Estados Unidos da América, penso que vai crescer de forma mais robusta. Mas, a China está a dar sinais claros de que se pode esperar um crescimento mais lento da economia. Recentemente, estamos a assistir uma forte queda nos mercados bolsistas da China. Associando a este factor às dificuldades que economia europeia apresenta, incluindo o impacto negativo sobre os mercados financeiros da crise grega, podemos concluir que as perspectivas dos preços das *commodities* se mantenham baixos por um período mais longo que o esperado. Essencialmente não se espera que haja uma procura robusta a nível mundial capaz de suportar um aumento de preços.

AMB: Quem é Fáusio Mussa?

FM: É trabalhador do Standard Bank há 15 anos. Nos últimos 4 anos desempenha as funções de economista-chefe no Standard Bank onde apoia na formulação duma opinião independente sobre a evolução da economia nacional e internacional, e presta assessoria aos órgãos da Direcção e não só. Ocupou cargos executivos em várias áreas do banco, tanto em áreas de negócio (Banca de Investimento), como na área de risco (Crédito). A sua experiência bancária iniciou no Banco Central e depois passou para o Banco Standard Totta (na altura) e hoje Standard Bank. É com base nesta experiência que se sente confortável para discutir assuntos da economia.

BMjustifica a desvalorização do Metical



O Banco de Moçambique anunciou no dia 29 de Julho de 2015 que a moeda nacional o Metical, sofreu, nos últimos meses, uma desvalorização acentuada.

Valdemar de Sousa, administrador do Banco Central, falando no âmbito da divulgação dos principais indicadores macroeconómicos, nomeadamente, inflação e agregados macroeconómicos, assegurou que tal situação deveu-se ao fortalecimento do dólar e ao défice da conta corrente da balança de pagamentos.

ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA: **AT assina acordo com Bancos Comerciais**

Testemunhado pela Associação Moçambicana de Bancos (AMB), a Autoridade Tributária (AT) poderá, nos próximos tempos, alargar a base tributária e aproximar-se cada vez mais dos seus contribuintes, ao assinar, no dia 27 de Julho do ano em curso, em Maputo, um acordo com os bancos comerciais, com vista a intermediação na cobrança de receitas do Estado.



O acordo assinado representa um marco importante para a administração tributária, rumo à bancarização do imposto, e constitui uma adenda ao anterior acordo celebrado no âmbito da implementação da Janela Única Electrónica no País, para o pagamento das imposições aduaneiras e demais taxas, via bancos. Na ocasião, o Secretário-Geral da AMB, José Mussane disse que a assinatura deste acordo traduz a confiança que ATM deposita no papel que os bancos podem jogar na captação de receitas aduaneiras para o Estado bem como para facilitar a

realização de negócios em Moçambique, um papel que se vem mostrando de uma grande mais-valia no âmbito do projecto da Janela Única de que este a acordo é continuidade. A assinatura deste acordo ilustra também o reconhecimento dos bancos comerciais aos esforços do Governo para alargar a base tributária com vista a dotar o país de mais recursos para implementação de programas de desenvolvimento.

“Com este acto os bancos comerciais pretendem reafirmar o seu compromisso com iniciativas governamentais, na qualidade de parceiros activos do Estado, colocando à disposição da

comunidade empresarial e de todos cidadãos os seus canais electrónicos e serviços para o pagamento de impostos e captação de receita do Estado”, frisou o Secretário-Geral da AMB, José Mussane.

Por sua vez, o então Presidente a AT, Rosário Fernandes, referiu que, “tomando em conta o estágio retardado da implementação da tributação e, em contrapartida, a celeridade de expansão da Janela Única Electrónica, com implantação ocorrida em 2011, o Conselho Superior Tributário optou pelo estabelecimento, na primeira fase, do acordo de adesão para intermediação de cobrança de receita aduaneira, envolvendo uma carteira de activos de receita equivalente a 34 por cento da receita global da administração tributária para a transmissão para a Conta do Tesouro”.

Importa realçar que na cerimónia a Autoridade Tributária de Moçambique assinou memorandos de adesão ao sistema electrónico de colecta de receitas com os bancos comerciais, no âmbito da implementação da Janela Única Electrónica (JUE). Trata-se do Millennium BIM, BCI, Standard Bank, Barclays Bank, Moza Banco, Capital Bank, Banco Mais, BancABC e BMI.

AMB tem novo Presidente da Direcção

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) conta, desde o passado dia 13 de Julho de 2015, com um novo Presidente da Direcção.

Trata-se de Dr. Teotónio Jaime dos Santos Anjos Comiche, indicado pelo Millennium Bim em substituição do Dr. Mário Machungo que foi designado para exercer outras funções nesta instituição financeira.

Nos termos dos Estatutos da AMB



Dr. Teotónio Jaime dos Santos Anjos Comiche, Presidente da Direcção da AMB

(artigo 22), o Dr. Teotónio Comiche tem por missão continuar o mandato naquilo que compete à Direcção na prossecução dos seus objectivos.

AMBNewsletter em nome todos membros associados saúda ao novo Presidente da AMB e deseja-lhe muitos sucessos.

Lançada obra Financiamento PME

Numa altura em que um dos grandes desafios para garantir maior acesso ao financiamento de pequenas e médias empresas é a organização destas, foi lançado no dia 23 de Julho, na cidade de Maputo, o livro “Financiamento PME”, uma obra da autoria de Oldemiro Belchior, que pretende ser um guia prático para apoio às empresas no acesso ao financiamento, bem como uma ferramenta de gestão empresarial. Com esta obra, Oldemiro Belchior espera dotar às Pequenas e Médias Empresas de mais uma ferramenta prática para se tornarem elegíveis ao financiamento e melhorarem o seu desempenho.

“O acesso ao crédito é apontado pelo sector privado como um dos principais constrangimentos que afecta o desenvolvimento da actividade empresarial. Por isso, este livro procura trazer um conjunto de informações úteis e necessárias que permitam preparar as empresas, para melhor encetarem relações negociais com a banca na componente de financiamento”, explica o autor.

Para o então vice-ministro da Indústria e Comércio, Omar Mithá, que dirigiu a cerimónia de lançamento, esta obra “é uma ferramenta relevante de informação e um instrumento valioso no desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas moçambicanas, que lutam pela melhoria da competitividade e pelo seu fortalecimento”.

Por isso, segundo Omar Mithá, “o livro surge em boa hora como um forte contributo para uma temática pertinen-



te e associada ao acesso ao financiamento por parte das Pequenas e Médias Empresas”.

Na ocasião, o vice-ministro da Indústria e Comércio realçou que, apesar do seu contributo diminuto no Produto Interno Bruto, as Micro, Pequenas e Médias Empresas são um importante instrumento de geração de emprego, alargamento e aumento da base tributária e da diversificação da economia.

Por seu turno, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), representada pelo vice-presidente, Rogério Samo Gudo, considerou que o livro “Financiamento PME”

“constitui uma mais-valia para todas as Pequenas e Médias Empresas que se deparam com problemas de financiamento, pois traz informações úteis e necessárias para se tornarem elegíveis ao financiamento e, por conseguinte, melhorarem o seu desempenho e actuação”.

Entretanto, a CTA apontou para a dificuldade no acesso ao financiamento como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da actividade empresarial, sendo que as Pequenas e Médias Empresas enfrentam vários desafios neste domínio, nomeadamente, a falta de contabilidade organizada, insuficiência de garantias, fraco poder negocial, debilidades na estruturação de planos de negócio, entre outros.

Outras personalidades presentes como o Dr. Feliciano Gundana, o Dr. Mário Machungo e o Dr. Eneas Comiche também saudaram a iniciativa e elogiaram o Oldemiro Belchior que através da sua obra proporcionou um forte contributo aos gestores e empresários moçambicanos para a melhoria das competências e assim promover o desenvolvimento das PME's através da educação financeira, capacitação empresarial, formação profissional, pesquisa e investigação.



Governo reconhece o contributo da inovação no sistema financeiro

O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane disse que as inovações no sistema financeiro em Moçambique têm contribuído para a promoção do crescimento económico, através da oferta de crédito para as empresas de modo a que estas criem e ofereçam novas oportunidades de emprego e dinâmica na economia.

Adriano Maleiane que falava no passado dia 30 de Setembro de 2015 durante a V Conferência organizada pelo grupo SOICO, sob o tema “Os Desafios do Financiamento à Inovação, Diversificação e Sustentabilidade”, anunciou que actualmente o sector financeiro contribui para o PIB com 4,5 por cento, contra 2,8 em 2005. Trata-se duma evolução de 1,7 pontos percentuais que espelham o crescimento em termos quantitativos e qualitativos deste sector que considera vital para a economia moçambicana.

Entretanto, referindo ao facto de limitação do Estado funcional como indutor de desenvolvimento, o governante moçambicano disse que há ainda enormes desafios. A título de exemplo, para o financiamento do PIB de 2016, do total de recursos financeiros, 87 por cento serão mobilizados pelo sector privado, sendo 40 por cento de investimento directo estrangeiro, 26 por cento do sistema financeiro e 21 por cento de empréstimos externos. Os restantes 13 por cento serão do Estado dos quais, 4 por cento donativos e 9 por cento empréstimos.

Para Adriano Maleiane, esta estrutura



Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças durante a V Conferência da MOZEFO subordinada ao tema: “Os Desafios do Financiamento à Inovação, Diversificação e Sustentabilidade”

de financiamento está em consonância com as prioridades definidas no Programa Quinquenal do Governo (2015 – 2019), designadamente, a promoção do emprego, produtividade, competitividade e infra-estruturas económicas e sociais. Referiu ainda que no esforço de diversificação das fontes de financiamento, o Governo, através da Bolsa de Valores de Moçambique, tem dinamizado o mercado de capitais, estimulando a poupança e o desenvolvimento do segundo mercado, especialmente para as pequenas e médias empresas.

Por seu turno, alguns oradores na conferência sublinharam que alguns os desafios do futuro na inovação no sistema financeiro será a convergência de actores públicos e privados que terão os mesmos

modelos e os bancos irão descer para os segmentos que nunca foram atendidos. Além disso, os bancos procurarão mais conhecimento, confiança e não serão apenas prestadores de serviços financeiros, mas, sim, solucionadores dos problemas do cliente nas suas necessidades fundamentais tais como habitação, saúde, educação, etc, tal como sublinhou o economista João Tavares.



FINANCIAMENTO À AGRICULTURA: Associativismo como mecanismo viável



Alguns representantes da CTA, da AMB, dos bancos comerciais e de agricultores durante "business breakfast", no dia 6 de Agosto de 2015, na Cidade de Maputo, sob o tema "Remoção das barreiras ao financiamento à Agricultura"

A pesar da descoberta de recursos naturais em Moçambique, o Governo continua a apontar a agricultura como a base de desenvolvimento do país. Porém, persiste o desafio de melhorar o acesso ao financiamento e redução de riscos de financiamento à este sector, de forma a torná-lo próspero,

competitivo nas respostas aos desafios de segurança alimentar e nutricional e de abastecimento aos mercados de produtos agrários, ao nível nacional e internacional, segundo reza a visão do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), aprovado pelo Conselho de Ministros em Maio de 2011.

Para a banca comercial, o sector agrário continua a ser um sector de alto risco para financiamento, devido a sua vulnerabilidade estrutural e capacidade de reembolso. É neste contexto que o Pelouro do Agro-negócio da CTA organizou um *business breakfast*, no dia 6 de Agosto de 2015, na Cidade de Maputo, sob o tema "Remoção das barreiras ao financiamento à Agricultura".

No encontro tripartido que juntou o pelouro de agro-negócios da CTA, a banca comercial e agricultores, debateu-se de forma casual vários factores que reduzem o financiamento às empresas do sector agrário.

Durante os debates, as partes observaram que o associativismo de camponeses continua a mostrar-se como a forma mais aceitável da actualidade para o acesso ao financiamento. Porém, persiste ainda um desafio para o Estado tornar o agrário mais robusto e competitivo.

DESENVOLVIMENTO DO SECTOR FINANCEIRO:

Banco Mundial apoia Estratégia do Governo

Um crédito no valor de USD 25 milhões foi aprovado em 29 de Setembro último pelo Conselho Executivo do Banco Mundial para apoiar a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro que tem por finalidade promover uma maior inclusão financeira e estabilidade do mercado.

Trata-se do segundo financiamento numa série de apoios financeiros ao sector a que se destina, atribuído por meio da Operação Programática de Desenvolvimento de Políticas do Sector Financeiro (DPO) para reforçar a estabilidade financeira através do apoio à melhoria da supervisão e

regulamentação dos bancos, rede de segurança, e quadros de preparação para crises.

Outro objectivo da Operação é apoiar reformas para promover a inclusão financeira, com maior incidência nos sistemas de informação de crédito, serviços bancários sem-agência e *mobile banking*, protecção ao consumidor, sistemas de pagamento e de quadros de insolvência.

Também contribui na promoção de mercados financeiros a longo prazo, através do apoio a reformas no mercado de capitais (em particular os mercados de dívida pública), e para a expansão da cobertura de seguro e fundos de pensão.

«Para que Moçambique alcance um crescimento de base ampla, com o sector privado a contribuir plenamente na geração de emprego, é imperativo lidar com os desafios contínuos de acesso ao financiamento às empresas e famílias», disse Mark R. Lundell, director do Banco Mundial para Moçambique.

Segundo Lundell, as DPO visam aumentar a inclusão financeira, melhorar a estabilidade (financeira) e fortalecer os mercados financeiros a longo prazo em Moçambique.

AR aprova a criação do Sistema de Informação de Crédito

Oldemiro Belchior em entrevista ao “O País Económico” que a seguir publicamos, fala do papel desta lei

Análise



Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane explicando a nova lei à Assembleia da República

A Assembleia da República (AR), aprovou, no dia 29 de Julho de 2015, em definitivo, a lei que cria o sistema de informação de crédito de gestão privada. Trata-se de uma lei que visa abrir espaço para que os bancos comerciais e instituições de microfinanças no país tenham acesso total a informação dos seus clientes. Com este sistema, os comerciantes ou fornecedores poderão obter informações sobre os seus clientes. O mesmo também

vai facilitar aos cidadãos nos casos de compra e venda à crédito ou prestações.

Em Moçambique, existe actualmente um sistema de controlo do crédito bancário, que é gerido pelo Banco de Moçambique (BM), mas que não permite o acesso dos fornecedores de bens e serviços às informações sobre os seus clientes.

O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane explicou que a nova lei vai permitir aos bancos comerciais exercerem um maior controlo do risco na

concessão do crédito e, deste modo, contribuir para a redução das taxas de juro no mercado de crédito. Explicou ainda que a lei pretende promover o acesso ao crédito e a melhoria do ambiente de negócios, na medida em que, após a sua aprovação, será possível produzir relatórios sobre o perfil dos devedores nos diversos ramos de actividade.

Pág. 11

Análise

Sistema de Informação de Crédito vai atenuar taxas de juro

O economista financeiro e assessor económico da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), Oldemiro Belchior, acredita que o futuro Regulamento sobre Sistema de Informação de Crédito deverá criar espaço para a redução das taxas de juro no mercado, na medida em que os bancos vão dispor de instrumentos para avaliar a real capacidade de reembolso dos mutuários. Depois da aprovação pela Assembleia da República da lei de autorização legislativa para elaboração de normas sobre Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada, em Julho de 2015, o Governo tem agora pouco mais de 100 dias para aprovar o Decreto-Lei.

Oldemiro Belchior fala dos impactos que o documento em calha poderá trazer para o mercado financeiro moçambicano, caracterizado por taxas de juros bastante altas.

A Assembleia da República aprovou, em Julho último, a Lei de Autorização Legislativa para o Governo elaborar normas sobre um Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada, que, por sua vez, prevê a criação de Centrais de Informação de Crédito. Que importância tem um sistema de informação de crédito para o sistema financeiro?

Do ponto de vista financeiro, as Centrais de Informação de Crédito de Gestão Privada, por serem uma plataforma de gestão relevante e estruturante para o sector financeiro, propiciam decisões de crédito mais consistentes, minimizam o risco de crédito, estimulam maior disciplina comportamental dos mutuários e contribuem para melhoria da notação de risco dos devedores. As Centrais de Informação de Crédito reduzem, ainda, as assimetrias de informação no mercado de crédito. Este sistema de informação permite conhecer melhor o perfil dos clientes (*know your customer*) e apoiar as instituições financeiras a procederem, com eficácia, a avaliação de risco dos mutuários, permitindo reduzir a “probability of default”, ou seja, probabilidade de incumprimento. Do ponto de vista económico, o Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada vai contribuir para viabilizar o processo de inclusão financeira e promover a melhoria do ambiente de negócios. Outra característica deste sistema é a abrangência dos serviços de centralização de informação de crédito que envolvem, não só os bancos comerciais, como também os operadores de microfinanças e outras entidades que prestam serviços de pagamento diferido, facto que, contribui significativamente para partilha de dados e informações, favorecendo a oferta de crédito em condições flexíveis.



Até que ponto as Centrais de Informação de Crédito vão ajudar as instituições financeiras nas operações com os clientes?

Tomando em consideração que haverá uma abrangência de informação sobre o crédito, quer ao nível financeiro, quer comercial, será possível minimizar o risco de financiamento por parte das instituições de crédito. Deste modo, vai contribuir para que as condições de financiamento sejam mais atractivas para o consumidor financeiro no nosso mercado. Actualmente, temos apenas uma única central pública que centraliza a informação sobre as responsabilidades de crédito dos mutuários contraídas no sistema financeiro, sendo que, com o

novo sistema de informação, teremos acesso a mais informação sobre o perfil financeiro dos clientes. Este facto vai permitir melhorar as condições de concessão de crédito, em termos de “pricing” e reembolso do serviço da dívida.

Está a falar de uma possível redução das taxas de juros?

Provavelmente, sim. Como é sabido, o cenário das elevadas taxas de juro tem afectado o desempenho da actividade empresarial, em termos de rentabilidade ao nível das micro, pequenas e médias empresas. Na minha opinião, o Sistema de Informação de Crédito Gestão Privada constitui um instrumento preventivo para mitigação de risco de crédito e uma plataforma relevante para reduzir as assimetrias de informação, facto que se traduzirá em melhores condições negociais, tanto do lado da procura, assim como da oferta de crédito. Entenda-se que as taxas de juro não dependem somente do risco de crédito, pois existem outras variáveis que concorrem para a formulação do preço final do empréstimo bancário. Refiro-me especificamente do custo de “funding” (custo de captação de recursos no mercado), e da rentabilidade dos capitais próprios, ou seja, remuneração dos capitais investidos pelos accionistas.

Falava de redução das taxas de juro, tendo em conta que muitos gestores de bancos comerciais da praça já vieram a público dizer que o que encarece o crédito em Moçambique é a falta de um mecanismo de avaliação do risco concreto dos mutuários. Aliás, foi exactamente por isso que os bancos comerciais disseram que não estão a baixar os juros em linha com a redução das taxas directas pelo Banco de Moçambique... Com este sistema não se pode esperar redução



Não acredito que haja uma elevada probabilidade de ocorrência do risco de quebra do sigilo bancário com a implementação deste novo sistema

significativa do custo do crédito?

Acredito que haverá algum espaço para atenuar o custo de financiamento. Entretanto, é fundamental entender o comportamento das taxas de juro do sistema bancário. Por um lado, temos as taxas directoras que são reguladas pelo Banco Central e que actualmente se situam em mínimos históricos, tanto a Facilidade Permanente de Cedência, como a Facilidade Permanente de Depósito, e, por outro lado, temos as taxas de juro praticadas no mercado de crédito pelos bancos comerciais. Os depósitos de clientes constituem a principal fonte de captação de recursos que fomenta a liquidez financeira dos bancos para concederem crédito à economia. O que acontece é que os grandes depositantes demandam elevadas taxas de juro no mercado, facto que influencia na rentabilidade das operações de crédito, situação que se reflecte no custo final do empréstimo. Mesmo assim, acredito que, com a entrada em funcionamento do Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada, as instituições financeiras passarão a ter mais

informação que confere alguma segurança e conforto na concessão de financiamento. Isto porque teremos um sistema de avaliação de risco com informação abrangente que vai permitir adequar o melhor preço (de crédito) em função do perfil de risco de cada cliente. A experiência das agências de informação de crédito, também designado por *Bureau de Crédito*, noutros países, mostra que a informação recolhida sobre o perfil dos clientes permite avaliar com eficácia a probabilidade de incumprimento dos tomadores de crédito.

Até que ponto a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) tem estado a participar na elaboração das normas ligadas ao Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada?

Penso que depois da aprovação da Lei, pelo órgão competente, o passo seguinte será muito importante para a materialização e operacionalização deste novo sistema de informação de crédito. Creio que a AMB poderá prestar um contributo importante no apoio a elaboração da regulamentação que vai orientar os procedimentos de

funcionamento do Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada, pois, existem alguns requisitos em termos de segurança e protecção de dados e informação de clientes, que devem ser acautelados, para além da questão do dever de confidencialidade e sigilo bancário que é necessário salvaguardar na troca de informação entre os diferentes intervenientes do mercado de crédito.

A questão do sigilo bancário, que fez menção, tem sido levantada por muitos operadores económicos, dado que a sua informação financeira vai circular por muitos intervenientes. Há ou não razões para alarido?

Acredito que não há. O sector bancário por natureza actua num mercado organizado, estruturado e regulamentado. Por isso o dever e obrigatoriedade do cumprimento das regras do sigilo bancário é constante e imperioso para todos operadores do sistema. Não acredito que haja uma elevada probabilidade de ocorrência do risco de quebra do sigilo bancário com a implementação deste novo sistema. Mas, o risco acontece de forma espontânea e, por isso, é fundamental que existam requisitos legais e regulamentares que permitam mitigar esse risco. No sector financeiro nacional, com a supervisão prudencial e comportamental assegurada pelo Banco Central, creio que a probabilidade de ocorrência deste tipo de eventos (quebra de sigilo bancário) é menor. Penso que esta iniciativa do governo é oportuna e assertiva no que respeita a criação do Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada, atendendo a dinâmica de crescimento que se regista no nosso sistema financeiro. De realçar que a presente iniciativa enquadra-se na Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (2013 – 2022) e Estratégia para Melhoria do Ambiente de Negócios (in: “O País Económico”, 4 de Setembro de 2015).



SEMINÁRIO AVANÇADO EM BASILEIA II

21, 22 e 23 de outubro de 2015

Hotel VIP Maputo



Associação Moçambicana de Bancos



Seminário sobre fraude bancária

A SABRIC, uma entidade da SADC Banking Association, promoveu, no **dia 13 de Outubro de 2015**, um seminário para os colaboradores dos Associados da AMB, em matéria de fraude bancária, particularmente, no que tem haver com estatísticas, reporte e monitoramento da evolução da fraude.

BancABC

Novas ideias. Banca Inteligente.

www.bancabc.co.mz



BANCO MAIS

BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

www.bancomais.co.mz



BARCLAYS

www.barclays.co.mz



BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

www.bci.co.mz



www.btm.co.mz



BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO

www.bni.co.mz



www.ecobank.com



BANCO MERCANTIL E DE INVESTIMENTOS

www.bmi.co.mz



www.gapi.co.mz

capitalbank

VOCE Sempre em Primeiro

www.capitalbank.co.mz



FNB

Moçambique

www.fnb.co.mz



www.millenniumbim.co.mz



www.mozabanco.co.mz



www.mcbmozambique.co.mz



www.ubagroup.com



www.standardbank.co.mz



www.bancounico.co.mz